



Só em tempo de crise atingimos nível de despesa pública associada ao bem-estar

Editado por Ana Carrilho

Inserido em 10-01-2013 23:38

Documento do Observatório sobre Crises mostra que os gastos equivalentes a 50% do PIB estão em linha com os países associados ao estado de bem-estar, sigam o modelo nórdico, continental, anglo-saxónico ou da Europa do sul.

A despesa pública em Portugal só há pouco tempo, e num contexto de crise, é que atingiu os 50% do Produto Interno Bruto (PIB) - ou seja, o mesmo que gastam os países associados a modelos de Estado de bem-estar. O aumento prende-se com a crescente democratização do acesso a cuidados de saúde, educação e ao alargamento da protecção social.

São alguns factos apresentados na última edição do “Barómetro das Crises”, divulgado esta quinta-feira e que analisa a despesa pública.

O documento é da responsabilidade do Observatório sobre Crises e Alternativas, liderado por Carvalho da Silva, que justifica a escolha do tema com a controvérsia pública e a luta política que a redução permanente da dívida pública vai gerar nos próximos meses.

O antigo líder da CGTP destaca que, até ao fim dos anos 70, a despesa pública em Portugal se situava muito abaixo da média europeia, mas que nas duas décadas seguintes a convergência acelerou, passando dos 30 para os 50% do PIB.

Em 2009 e 2010, num contexto de crise, ainda subiu mais, mas nos últimos anos, em que têm imperado as políticas de austeridade, o peso da despesa pública desceu e Portugal afastou-se dos padrões europeus.

Este é o resumo da evolução da despesa pública feita pelo “Barómetro das Crises”, que também deixa claro que, ao contrário do que se frequentemente se diz, não existe relação entre as variações do peso da despesa pública no PIB e as preferências das coligações políticas ou partidos no Governo.

De 2008 para cá, o documento distingue duas fases: uma primeira, entre 2008 e 2009, em que o Governo, em linha com as orientações europeias, respondeu à crise com o aumento das prestações sociais e medidas de fiscalidade, além de um programa de expansão da despesa de investimento; uma segunda, já em 2010, quando avançou a linha da consolidação orçamental e surgiram três planos de estabilidade e crescimento (PEC), e, depois, o memorando de entendimento com a “troika”. A despesa pública desceu para 49% do PIB em 2011 e, em 2012, deve ter baixado para 47%.

O barómetro frisa ainda que, longe ser uma aberração ou uma singularidade portuguesa, o crescimento da despesa pública nos anos 80 e 90 tem a ver com a aproximação à União Europeia e que os gastos equivalentes a 50% do PIB estão em linha com as práticas dos países

associados ao Estado de bem-estar, sigam o modelo nórdico, continental, anglo-saxónico ou da Europa do Sul.

Por outro lado, o aumento da despesa pública reflecte a democratização no acesso aos cuidados de saúde, educação e ao alargamento dos direitos de básicos de protecção social no desemprego e na velhice.

O documento frisa ainda que Portugal está em linha com a União Europeia também nas despesas com a doença, a velhice e o desemprego. Em 2010, significa 19,9% do PIB na União Europeia e 18,7% em Portugal.

Quanto ao investimento público, também se viu uma convergência, mas depois o declínio, interrompido em 2009 e 2010 para responder à crise, caindo bruscamente nos últimos dois anos para valores inferiores aos da União Europeia.

Quanto aos benefícios sociais, as despesas de Portugal sempre foram inferiores às da média europeia, embora se tenha registado uma certa convergência até 2010. Daí para cá, têm caído sempre.

O barómetro conclui que com a tendência recente para a redução acentuada da despesa pública em contexto recessivo, Portugal ainda se afastará mais do padrão médio de bem-estar europeu.